



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

133

MAIO/JUNHO 2012



FILIADO À **CONDSEF**



Funcionalismo público federal aprova **GREVE**

Pgs. 04-05

**POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO
NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS** SINDSEF-RO

**MARCHA
NACIONAL DE LUTA
EM DEFESA DOS
TRABALHADORES DO SEGURO E
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

REAJUSTE GERAL DE SALÁRIOS
✓ PLANO DE CARGOS E CARREIRAS
✓ EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA
✓ CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
✓ PARIDADE ENTRE ATIVO E APOSENTADOS
05/ Junho
28 ANOS NA LUTA DEFENDENDO
OS TRABALHADORES(AS)
FENASPS

**COPA DE 2014: INJUSTIÇAS
SOCIAIS E DESPERDÍCIO DO
DINHEIRO PÚBLICO**

Pg. 02

**PORQUE DILMA NÃO REAJUSTA
OS SALÁRIOS DOS SERVIDORES?**

Pg. 03

**GIRO NOS ÓRGÃOS:
AGU, MINISTÉRIO DA CULTURA,
EMGEPRON, MTE, FUNAI**

Pgs. 06-07

**RIO+20 E III MARCHA
CONTRA A HOMOFOBIA**

Pg. 08



Copa de 2014: injustiças sociais e desperdício do dinheiro público

Nada para os servidores, tudo para os megaeventos?

É com muita alegria que o povo brasileiro, apaixonado por esporte e louco por futebol, vai receber a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A expectativa – criada pelos governos em parceria com a grande mídia – é que trarão para as cidades sedes e circunvizinhas melhorias da infraestrutura urbana, entrada de milhões de dólares, geração de novos empregos, aumentos nas arrecadações públicas e divulgação positiva do país em todo o mundo. Porém, nem tudo são flores, nem tudo é divulgado.

A Copa do Mundo de 2014 no Brasil será a mais cara da história, com gastos da ordem de US\$ 40 bilhões (cerca de R\$ 65 bi), segundo levantamentos da Consultoria Legislativa do Senado. Este tema se torna bastante pertinente quando lembramos que o funcionalismo público federal está desde o início do ano em campanha salarial e o governo se nega a conceder qualquer reajuste, alegando não haver verbas.

Como demonstramos nas edições anteriores, metade do orçamento é destinada ao pagamento dos juros da dívida para os banqueiros. Das verbas públicas restantes, boa parte é desperdiçada em esquemas de corrupção, abordamos no artigo de conjuntura desta edição.

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



O Dossiê da Copa de 2014, preparado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas, apresentou o lado negativo destes megaeventos: violação e ameaça ao direito à moradia de milhares; desrespeito ao direito à informação e participação nos processos decisórios, bem como à própria legislação brasileira e aos direitos ambientais e trabalhistas; desperdício dos recursos públicos, que deveriam estar sendo destinados a atender às necessidades fundamentais da população.

O Projeto de Lei Geral da Copa (PL 2330/2011) contem medidas inconstitucionais e que ferem a soberania do Brasil. O artigo 11 que determina à FIFA exclusividade para “divulgar marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços” nas áreas em torno dos estádios e principais vias de acesso aos jogos vai na contramão do direito à liberdade de exercício de profissão e o Código de

Defesa do Consumidor. Os artigos 22 a 24 responsabilizam a União por quaisquer danos e prejuízos de um evento privado da FIFA, colocando o país em submissão à iniciativa privada.

Na esfera da repressão, o governo lança mecanismos dignos dos tempos da ditadura (nova Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Decreto n.7.536, de 1/08/2011). Dos artigos 31 a 34, cria novos tipos penais (terrorismo) e restringe a liberdade de expressão e a criatividade tão presente no povo brasileiro. Chargistas, imprensa, torcidas, todos que usarem os símbolos da Copa poderão ser processados.

Procedimentos de exceção também serão utilizados para simular a existência de estudos ambientais e processos de licenciamento ambiental, em regime “de urgência”. Ao mesmo tempo, o Governo Dilma entrega quase de graça a grandes empresas enormes extensões de terras públicas.

Como aconteceu no episódio do Pinheirinho, em São José dos Campos, no início deste ano, onde 9 mil moradores foram despejados, no Rio de Janeiro – sede dos Jogos de 2014 – a aproximação da Copa desencadeou um processo de “higienização” social dos centros urbanos, através de remoções forçadas, para favorecer a especulação imobiliária.

“Já vinha acontecendo em São Paulo um processo de ‘limpeza’. Quando a Copa e as Olimpíadas vêm, acabam fortalecendo essas ações. Ao mesmo tempo, o reordenamento empurra dos grandes centros os trabalhadores, que vão padecer na precariedade”, apontou Helena Silvestre, da coordenação do Pinheirinho.

Neste contexto, a Frente Nacional de Movimentos Populares “Resistência Urbana” criou a Campanha Nacional Contra os Crimes da Copa. Alguns podem achar exagero falar em crimes, mas é essa palavra que define a dura realidade por trás das obras e da farra com o dinheiro dos impostos pagos pelos trabalhadores brasileiros.

Em nome da Copa de 2012 muitos recursos estão sendo desperdiçados, a população mais carente está sendo varrida para debaixo do tapete, os direitos sociais estão sendo desrespeitados e os trabalhadores sequer serão convidados para a festa, que será feita com o dinheiro público. Como diria Cazuza, mais atual do que nunca: “Não me convidaram pra esta festa pobre que os homens armaram pra me convencer a pagar sem ver toda essa droga que já vem malhada antes de eu nascer...”.

Porque Dilma não reajusta os salários dos servidores?



Grécia



Portugal



Espanha

A União Europeia, diante do agravamento da Crise Econômica Mundial, evidenciada pela situação em países como Grécia, Portugal e Espanha, tenta buscar saídas através de projetos que protegem os banqueiros e empresários e que atacam violentamente os trabalhadores, em especial os servidores públicos, retirando direitos, congelando salários e cortando verbas sociais, principalmente, para saúde e educação. Mas os trabalhadores reagem à altura e vão às ruas dizer que não vão aceitar pagar pela crise.

Aqui no Brasil, apesar da situação ser diferenciada, com o país batendo recordes de arrecadação, o Governo Dilma, segue a mesma receita e mais uma vez, alega agir de forma preventiva para sacrificar os servidores e o serviço público, negando qualquer possibilidade de reajuste salarial para os trabalhadores. Em contrapartida, anuncia diversas medidas que visam a manutenção e o aumento dos lucros das empresas, como a isenção de impostos, redução da contribuição da parte das empresas para a Previdência Social, etc.

Quanto dinheiro se perde em esquemas de corrupção?



Não se trata apenas de uma questão de prioridades. Dos poucos recursos que restam para os serviços públicos, boa parte se perde em esquemas de corrupção. São denúncias atrás de denúncias e pelo jeito não escapa ninguém. Primeiro vimos uma sequência de escândalos envolvendo ministros do Governo Dilma. Agora é a vez do Congresso Nacional aparecer novamente como um verdadeiro balcão de negócios nos noticiários de TV.

A operação Monte Carlo, realizada pela Polícia Federal, traz a tona um poderoso esquema de desvio de verbas

públicas e tráfico de influência, envolvendo o bicheiro Carlinhos Cachoeira, o Senador Demóstenes Torres (DEM), o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), deputados de diferentes partidos, tanto da situação como da oposição, empreiteiras e meios de comunicação. Uma verdadeira farra com o dinheiro da população.

Segundo dados da Fiesp, nos últimos 10 anos foram desviados dos cofres públicos R\$ 720 bilhões, ou seja, um custo anual de 2,3% do PIB. Para se ter uma ideia, os gastos do governo com funcionalismo em 2011 representaram 4,13% do PIB. Ainda no mesmo período auditorias realizadas pela Controladoria Geral encontraram irregularidades em 80% dos 15 mil contratos da União com estados e municípios, flagrando desvios de R\$ 7 bilhões, o que equivale a apenas 1% do

que de fato é desviado, o pior é que desse montante o governo conseguiu recuperar apenas pouco mais de R\$ 500 milhões.

Mas quantos corruptos foram presos? Uma análise de processos por corrupção feita pela CGU mostrou que a probabilidade de um corrupto ser condenado no Brasil é de menos de 5%. A possibilidade de cumprir pena de prisão então é quase zero. Já virou rotina ver os poucos corruptos presos serem em seguida libertados pela Justiça ou CPIs que acabam em pizza.

Com o dinheiro desviado seria possível erradicar a miséria no Brasil e elevar a renda per capita em R\$ 443 reais. É dinheiro que deveria estar sendo utilizado para melhorar a saúde, educação, saneamento, na construção de moradias, no aumento do salário mínimo ou na remuneração dos servidores, etc.

Sem avanço nas negociações com o governo, funcionalismo público federal aprova GREVE

Os trabalhadores do serviço público federal do país decidiram intensificar o enfrentamento aos ataques do Governo de Dilma Rousseff. O início do movimento paredista em diversos setores foi aprovado por unanimidade em plenária unificada dos servidores públicos.

A atividade aconteceu no dia 05 de junho, na sequência da marcha em Brasília, que reuniu aproximadamente 15 mil pessoas, entre servidores dos mais diversos seguimentos e representações do movimento sindical, popular e estudantil.

A greve geral do funcionalismo, iniciada oficialmente no dia 11 de junho, deve ter novas adesões na semana do dia 18. As paralisações vão acontecer em ritmos diferenciados, já que alguns setores já entraram em greve – como é o caso das 50 universidades; outros vão aderir posteriormente, na medida em que o movimento vai ganhando força. Um Comando Nacional e Unitário de Greve e Mobilização será constituído para discutir iniciativas de mobilização e ações grevistas.

Na plenária, foi aprovada uma nova ação unitária dos servidores no dia 20 de junho, por ocasião da Rio+20. Os servidores também decidiram participar de uma manifestação realizada pela Cúpula dos Povos.



Foto: Joca Duarte

Marcha em Brasília contra o congelamento salarial

Caravanas com trabalhadores de todo o país preencheram a Esplanada dos Ministérios numa demonstração de unidade e disposição para fortalecer a campanha salarial do funcionalismo público federal e pressionar o governo a avançar nas negociações.

Nas ruas, os manifestantes deram o recado ao Governo Dilma de que o povo não vai pagar a conta da crise econômica europeia e seguiram em passeata até o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). A força da mobilização, realizada sob o sol escaldante, conseguiu que uma comissão fosse recebida pelo secretário executivo do

ministério, Walter Correia, para discutir a pauta de reivindicações da categoria.

As entidades ressaltaram que, após cinco meses e oito reuniões, nenhum ponto foi objetivamente negociado. Isso tudo sem levar em conta as inúmeras reuniões setoriais também sem sucesso. Os servidores fizeram sua parte: apresentaram números, inclusive o impacto que o aumento linear teria na folha de pagamento. E esperam uma contraproposta. Porém, o secretário foi enfático ao dizer que o representante do governo é Sérgio Mendonça, reafirmou que o MPOG só dará resposta no dia 31 de julho e, ainda, informou que o governo não está disposto a negociar com quem está em greve. Ao comentar o resultado

da reunião, Paulo Barela, da CSP-Conlutas, destacou que “a responsabilidade do movimento grevista que está sendo construído é dos governantes que se recusam a negociar”.

Por sua vez, em todos os encontros com o Fórum Nacional de Entidades do funcionalismo público federal, Sérgio Mendonça, secretário de relações do trabalho, manteve o discurso da austeridade fiscal para justificar a impossibilidade de conceder reposição linear da inflação ou atender quaisquer dos itens da pauta da campanha. A conversa fiada de estender o prazo até 31 do próximo mês é uma clara estratégia para enrolar a categoria, enquanto garante as verbas orçamentárias para as verdadeiras prioridades do Governo Dilma,

ou seja, os bancos, grandes empresas, o pagamento da dívida pública e o mercado financeiro internacional.

A marcha também foi uma boa resposta à publicação da Medida Provisória 568/2012 que, na prática, não passa de reajustes irrisórios para poucos segmentos e em alguns casos até reduções, como no caso dos médicos, que terão seus vencimentos cortados em 50%, de acordo com o estabelecido em seus artigos de 42 a 47, ao transformar as atuais tabelas de 20h para 40h. Cerca de 42 mil médicos ativos e aposentados do Ministério da Saúde e outros 7 mil médicos das Universidades Públicas Federais do Ministério da Educação lutam para a revisão desta medida.

Tudo para os banqueiros e empresários, nada para os trabalhadores?

O governo concede incentivos fiscais à grandes empresários, com a justificativa de estimular a indústria e congela os salários dos servidores. A desoneração total da folha de pagamentos de 15 setores da indústria, anunciada no dia 3 de abril, totaliza uma renúncia fiscal de R\$ 7,2 bilhões anuais. Com essas isenções, entre 2011 e 2012, os empresários já receberam apoio econômico na ordem de R\$ 155 bilhões, aproximadamente. No mesmo período, o governo retirou das áreas sociais mais de R\$ 105 bi.

Recentemente, Dilma anunciou um pacote de R\$ 2,7 bilhões em incentivos voltados para o setor automotivo e de bens de capital e acertou com os bancos privados o aumento no volume de crédito e no número de prestações. Assim, salva mais uma vez os grandes empresários e endivida os trabalhadores, que dificilmente terão condições de honrar financiamentos.

Ou seja, tudo para banqueiros e empresários e nada para os trabalhadores. Por isso, o funcionalismo federal está lutando e apontando o caminho da greve e da mobilização como única saída para conter os ataques do governo, patrões e da burguesia.

Pauta de reivindicações

Confira os eixos da CAMPANHA SALARIAL em 2012:

- Política Salarial permanente, com reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações.
- Reposição salarial emergencial de 22,08%!
- Definição de data-base (1º de Maio).
Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores.
- Negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito.
- Exclusão de dispositivos antidemocráticos da LDO/LOA, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos, como o artigo 78 da LDO/2011.
- Retirada de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC), Projetos de Lei (PL), Medidas Provisórias (MP) e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos.
- Cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não cumpridos.
- Paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas.
- Correção de valores de benefícios sociais





A importância da ORGANIZAÇÃO DE BASE

A organização de base é um dos principais desafios da atual gestão do Sindsef-SP. O objetivo é garantir que os trabalhadores se organizem em seus espaços para efetivamente serem protagonistas de suas lutas. “Na prática significa estimular no trabalhador a ideia de que ele é dono do seu destino e aquilo que ele decidiu coletivamente tem que ser soberano”, foi o que afirmou o secretário executivo nacional da CSP Conlutas, José Maria de Almeida, durante o 1º Congresso da CSP-Conlutas.

A presença de delegados sindicais nos locais de trabalho é fundamental para aproximar e aumentar a sintonia do sindicato com os interesses da base. Assim, é possível identificar, mais rápido, as demandas que se apresentam e buscar soluções tendo o apoio político, jurídico e financeiro do sindicato. “O sindicato é um orientador e um instrumento jurídico e político, mas as pernas e braços são da base”, afirma a diretora Claudine Gomes.



MINISTÉRIO DA CULTURA

Servidores cobram realização de concursos e implantação do plano de carreira

É fato que a Cultura está longe de ser prioridade em nosso país. As verbas destinadas ao MinC (Ministério da Cultura) demonstram o real comprometimento do governo com este setor. A pasta recebeu menos de 0,05% do orçamento geral de 2011, para investir em todas as suas vinculadas: ANCINE, FUNARTE, IBRAM, IPHAN, FBN, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Cultural Palmares – e programas e investimentos das secretarias que compõem a Administração Direta – as secretarias de Articulação Institucional, do Audiovisual, de Cidadania Cultural, de Políticas Culturais, da Identidade e Diversidade Cultural, da Economia Criativa (em estruturação), de Fomento e Incentivo à Cultura e Executiva.

Enquanto isso os trabalhadores do ministério sofrem com baixos salários, evasão dos concursados em busca de melhores oportunidades e mais da metade dos servidores ativos em idade para se aposentar. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou, em 30 de abril, a realização de concurso público para preenchimento de apenas 44 vagas para a Fundação Biblioteca Nacional, do plano especial de cargos da Cultura. O objetivo é a extinção da mão de obra terceirizada na Biblioteca.

Mas no início de maio, o Ministério do Planejamento autorizou a contratação de 114 profissionais por tempo determinado (de 1 a 5 anos), o que é ilegal. Primeiro porque este tipo de contratação deve ser sempre justificada em casos de “necessidade temporária de excepcional interesse público”, nos termos do art. 37, IX da CF e principalmente porque não pode ultrapassar 3 anos, de acordo com a Lei nº 8.745/93 e posteriores alterações. A não realização de concurso público não é justificativa para “excepcional interesse público” e muito menos eventual prorrogação dos contratos por até 05 anos.

Uma bandeira comum é a criação urgente do Plano de Carreira e o pagamento da gratificação pela titulação, para o nível superior e de adicional de qualificação, para o nível intermediário. O tema foi recorrente no IPHAN, Funarte e Museu Lasar Segall. São mestres, doutores, pós-graduados, enfim, servidores com alta qualificação que utilizam diariamente seus conhecimentos sem receber o reconhecimento profissional merecido.

Na avaliação dos servidores entrevistados pelo Sindsef-SP houve melhorias nos últimos anos, mas não restam dúvidas que ainda há muito que avançar.

MTE

Pela garantia dos dois turnos de seis horas

O Governo Dilma segue a receita dos países europeus, que neste momento retiram direitos dos trabalhadores, em especial dos servidores públicos, com propostas de congelamento salarial e cortes nas verbas sociais.

Se os serviços públicos são atacados de forma geral, no MTE, a situação é ainda pior devido à falta de condições de trabalho caracterizada principalmente pelo número insuficiente de servidores que possa garantir um atendimento com qualidade para a população usuária. Hoje temos conhecimento de que várias agências do interior do estado podem ser fechadas, já que a maioria dos servidores se encontra em fase de aposentadoria.

O concurso público realizado em 2008 para suprir parte da demanda, não solucionou o problema, porque a evasão dos novos concursados hoje está em torno de 80% devido aos baixos salários. Estes dois processos combinados de concessão de aposentadorias e de exonerações colocam em risco a própria existência do órgão no que se refere ao cumprimento de suas verdadeiras atribuições, ou seja, garantir atendimento nas áreas de emprego e renda e nas relações trabalhistas.

Segundo informações do próprio Superintendente, José Roberto de Melo, o ponto eletrônico começará a ser implantado no estado dentro de dois meses. O Sindsef-SP entrou com

um processo na justiça denunciando possíveis irregularidades no processo licitatório do ponto eletrônico.

Além dos ataques do governo federal, alguns Gerentes do interior do estado tentam barrar ou enfraquecer a implantação dos dois turnos de seis horas, que beneficiará o atendimento a população. O Sindsef-SP está elaborando requerimento em que solicitará informações do órgão sobre o quantitativo de servidores em cada local de trabalho para verificar onde é possível implantar já os dois turnos. Vai requerer também a realização de concurso públi-

co para preencher os cargos vagos e evitar o fechamento das gerências e agências do MTE.

É preciso mobilizar a categoria para que a sua vontade prevaleça! Participe das assembleias do sindicato!



Foto: Fábio Corrêa

Trabalhadores vão recorrer à Justiça para negociar reivindicações

EMGEPRON

Trabalhadores da EMGEPRON (Empresa Gerencial de Projetos Navais) decidiram em assembleia, no dia 25 de maio, que o Sindsef-SP deve recorrer à Justiça do Trabalho com pedido de dissídio econômico visando garantir que a empresa negocie a pauta de reivindicações. A decisão foi tomada após inúmeras tentativas de negociação.

Enquanto a maioria dos trabalhadores legítima a representatividade do sindicato, a EMGEPRON insiste em não reconhecê-la. Vale ressaltar que o SINDSEF-SP, de acordo com o seu estatuto, representa os trabalhadores no serviço público da União, das autarquias, das fundações públicas federais e os empregados em empresas públicas federais do Estado de São Paulo.

A EMGEPRON é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando da Marinha do Brasil e, portanto, não há nenhum impedimento legal nesta representação. O Sindsef foi eleito como representante legal destes trabalhadores desde junho de 2011 e já conta com cerca de 200 sindicalizados da empresa.

Baixos salários – Os trabalhadores há anos estão com os salários defasados em relação ao mercado. Isso fica evidente quando comparamos sua remuneração com o que é pago pelos demais órgãos que atuam na área nuclear e, também, pelas empresas privadas que prestam serviços ao CTMSP, sob orientação e supervisão dos funcionários da EMGEPRON.

O SINDSEF-SP protocolou junto à empresa, em outubro de 2011, uma pauta de reivindicações aprovada em assembleia dos trabalhadores, visando iniciar as negociações em tempo hábil para a celebração do Acordo Coletivo em janeiro de 2012, data-base da categoria. A intenção era quebrar a rotina dos sistemáticos atrasos dos acordos anteriores.

Porém, a empresa ignorou os pedidos de reunião e não apresentou nenhuma resposta às reivindicações da categoria. Certamente apostando que ganharia esta luta pelo cansaço. Enganou-se. Essa indiferença foi respondida com a intensificação das mobilizações: assembleias mais frequentes, caminhada de protesto, entrega de inúmeros ofícios na CTMSP e para direção da EMGEPRON.

Os trabalhadores estão conscientes que o único caminho para reverter a postura dos gestores é a luta.

AGU

Reunião em 21 de junho vai tratar do Plano de Carreira

Os servidores da Advocacia-Geral da União do estado de São Paulo estão apreensivos com o encaminhamento, ou falta dele, das negociações em torno da implantação do Plano de Carreira. “É inaceitável que, em um mesmo ambiente, trabalhadores com as mesmas atribuições tenham jornada e remunerações diferentes”, comentou o servidor Gerson de Oliveira.

Sem dúvidas esta é a reivindicação central da categoria, que aguarda há cerca de 10 anos a criação de uma carreira específica. Soma-se a isso a necessidade de realizar concursos públicos. “Servidores se aposentam, mudam de órgão, morrem e nenhum é substituído”, declara Gerson.

Reunião com Secretária-geral da AGU

No dia 28/05, a Condsef esteve no gabinete da Secretária Geral da AGU para uma reunião. Entre os pontos de pauta: Plano de carreira e o regime jurídico dos anistiados e reintegrados.

Segundo a Confederação, a Secretária-Geral do órgão, Gildenora Milhomens afirmou que a AGU vem mantendo reuniões sistemáticas com o Planejamento sobre o plano de carreira. Também informou que a posição da instituição permanece favorável a aglutinação de cargos, garantindo os cedidos e buscando um prazo que não prejudique a categoria. Se é que isso é possível depois de tantos anos de espera...

Regime Jurídico Único (RJU) – Neste ponto não houve nenhum avanço e a Condsef ficou de enviar nos próximos dias uma Exposição de Motivos pedindo que a AGU se posicione sobre o assunto.

No dia 21/06, a Condsef tem uma reunião agendada no Ministério do Planejamento para tratar do Plano de Carreira. Leia a íntegra do relatório e acompanhe as novidades em www.sindsef-sp.org.br

FUNAI

Sucateamento prejudica atendimento às comunidades indígenas

Os servidores da Funai têm sofrido com o sucateamento e desmonte do órgão. Com um quadro escasso de funcionários, e, conseqüentemente, um aumento excessivo de trabalho, a prestação de serviços às comunidades indígenas fica ainda mais prejudicada.

Além da falta de manutenção e equipamentos, os servidores continuam na luta pela implantação da carreira indigenista, e revogação do Decreto 7.056/09, que desmontou a administração da Funai nos estados.

Revisão para ampliação das terras - Líderes das comunidades indígenas ainda aguardam do governo uma solução para o impasse sobre a revisão para ampliação das terras. Diversas aldeias têm espaço inadequado para abrigar o grande número de famílias, o que demonstra a situação em que se encontram os índios do país.

Em São Paulo, a Aldeia Tenode Porã e a Reserva Araribá são exemplos deste problema, com o agravante de que a segunda, além de abrigar duas aldeias, é uma terra utilizada para plantio em grande escala. De lá saem, diariamente, produtos hortigranjeiros para os mercados e o CEASA em Bauru. Nos dois casos a terra é insuficiente para o total da população.

“Temos que lutar e reivindicar para que o governo cumpra com o seu papel, atendendo os projetos de moradia, educação, saúde, meio ambiente e área agrícola das comunidades indígenas”, diz Ivanilde Pereira, delegada de base do Sindsef-SP.

No dia 19 de abril, Dia Nacional do Índio, o Presidente do Conselho dos Povos Indígenas de São Paulo, Marçilio Marcolino, e membros do comitê Indígena da FUNAI se reuniram com o prefeito de Bauru, Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça. O objetivo era pedir recursos para possibilitar que representantes das comunidades indígenas do Estado participem da RIO+20, visando dar visibilidade às suas reivindicações.



RIO+20

CSP-Conlutas desmascara falácia do desenvolvimento sustentável no Brasil

A Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, será realizada de 13 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. O nome faz referência aos 20 anos da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). O Jornal do Sindsef-SP entrevistou Gualberto Tinoco (Pitéu), da CSP-Conlutas da cidade onde vai acontecer o evento internacional.

Gualberto Tinoco refletiu a real face da conferência, seu caráter e dos seus organizadores. Segundo Pitéu, a atuação da Central durante o evento vai ser no sentido de denunciar os imperialismos e seus órgãos multilaterais, que enquanto afirmam se preocupar com meio ambiente, seguem atacando ou retirando direitos dos trabalhadores, para recuperar suas taxas de lucro.

O suposto objetivo da Rio+20 é a “renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável”, porém, a prioridade do governo de Dilma Rousseff é o lucro do capital internacional e as multinacionais. “O Novo Código Florestal, as

obras de Belo Monte ou a transposição do curso do Rio São Francisco mostram que este governo não tem nenhum compromisso com a biodiversidade ou com a preservação do meio ambiente para o povo brasileiro e a saúde do planeta”, disse Tinoco.

A respeito das obras citadas, o companheiro esclareceu que o Governo Federal usa o dinheiro público, fruto da arrecadação de impostos, para financiar o crescimento da taxa de lucro da iniciativa privada. Todas as riquezas naturais do país são entregues pelo governo petista na tentativa de manter o crescimento da economia capitalista. “Efetivamente, as secas no interior do nordeste ou a superação da crise energética não serão resolvidos com as políticas implementadas pelo PT, o PC do B ou PMDB”.

A bandeira do desenvolvimento sustentável, tão levantada pelos organizadores da conferência, foi rasgada com o Novo Código Florestal. Dilma não só distribuiu anistias e promoveu a impunidade com a nova legislação, publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio, como diminuiu a proteção das florestas de todo o país. Também foi permitida a recomposição de margens de rios e outras áreas

de preservação permanente com eucalipto, soja ou qualquer espécie exótica, e reduzida à proteção em topos de morros. Assim, a presidenta e seu partido reafirmam seu compromisso com o agronegócio e o latifúndio.

Um dos temas abordados no evento será a economia verde no contexto da erradicação da pobreza. Para o integrante da CSP-Conlutas, a erradicação da pobreza só é possível com o fim da propriedade privada dos meios de produção. A chamada economia verde não passa de mais um engodo para manter a exploração capitalista. “Pretendemos demonstrar a todos os trabalhadores e ao povo que o chamado desenvolvimento sustentável da economia capitalista não passa de uma utopia reacionária. Só com o fim do capitalismo e a socialização da apropriação da produção de riquezas é possível superar os problemas e a crise da humanidade”.

A Central vai utilizar este espaço de discussão, de preocupação com o futuro do planeta e da humanidade para fazer propaganda sobre a necessidade de construção do socialismo.

Confira a entrevista na íntegra no nosso site www.sindsef-sp.com.br

SINDSEF-SP fortalece a CSP-conlutas na III MARCHA contra a homofobia

A 3ª edição da Marcha Nacional Contra Homofobia, realizada no dia 16 de maio, reuniu cerca de mil pessoas de vários estados entre representantes do movimento social, de entidades de classe, de sindicatos e estudantes. O Sindsef-SP fortaleceu a coluna da CSP-Conlutas com bonecos, faixas e batucada.

Flávio Bandeira, do Setorial LGBT da CSP-Conlutas, resgatou o histórico de participação da Central, presente desde a primeira marcha, e destacou a importância desta atividade, “compreendemos essa marcha como um ato político importante para os trabalhadores e oprimidos na luta pela superação da opressão e exploração” afirmou.

Este ano o tema foi “Homofobia tem cura: educação e criminalização”. A atividade, organizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), contou com inter-

venções sobre a importância de ensinar nas escolas o respeito às diferenças. Em 2011 Dilma vetou a publicação do material didático-pedagógico do Projeto Escola sem homofobia, produzido pelo próprio Ministério da Educação, cedendo à pressão dos setores homofóbicos.

Outro alvo de críticas foi à dificuldade encontrada na aprovação da criminalização da homofobia (PLC 122/2006, que se encontra na Comissão de Direitos Humanos do Senado.)

O servidor do IBAMA e diretor do SINDSEF-SP, Carlos Daniel Toni, marcou presença com sua família. Toni pediu o fim das mortes de homossexuais, bissexuais, transexuais e travestis. “Nós queremos parar de enterrar gays e travestis no Brasil. Infelizmente no governo Dilma o número de assassinatos de gays, lésbicas, travestis e transexuais aumentou”, desabafou.



Foto: Fábio Corrêa